

orientação prévia, incluindo os grupos de trabalho, comissões, serviços ou programas especiais que funcionem na dependência do Gabinete;

- c) Relativos à gestão do pessoal do meu Gabinete;
- d) Autorizar a deslocação e requisição de guias de transporte, incluindo por via aérea, ou a utilização de viatura própria por membros do Gabinete ou por individualidades que tenham de se deslocar em serviço do mesmo, nos termos dos artigos 20.º, 22.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- e) Autorizar o processamento de despesas de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- f) Autorizar a utilização de carro de aluguer, quando indispensável e o interesse do serviço o exigir, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- g) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- h) Autorizar a constituição de fundos de maneo, bem como as despesas por conta do mesmo, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- i) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, por conta das dotações orçamentais do Gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite dos montantes referidos nas competências atribuídas aos directores-gerais;
- j) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;
- k) Autorizar as despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afecto ao mesmo, nos termos das disposições legais aplicáveis.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação, ficando, contudo, ratificados todos os actos praticados pelo chefe do Gabinete desde 24 de Novembro de 2004, no âmbito das competências agora delegadas.

25 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *Feliciano José Barreiras Duarte*.

### Conselho Superior de Estatística

**Deliberação n.º 1505/2004.** — 283.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística, que aprova a Classificação Portuguesa das Construções (CC-PT). — Considerando as profundas exigências colocadas à produção e difusão de informação estatística oficial pertinente, segundo critérios de grande eficiência, as quais exigem uma forte coesão da rede institucional do sistema estatístico nacional (SEN) e comunitário, de forma a dar uma resposta adequada a todas as necessidades, nacionais e internacionais, de informação;

Considerando o imperativo de intensificar a prática de coordenação do SEN, no domínio dos instrumentos técnico-científicos de normalização, ao nível, nomeadamente, das nomenclaturas;

Considerando as Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional e respectivas prioridades, para o período 2003-2007, aprovadas pelo Conselho Superior de Estatística na 247.ª deliberação, de 28 de Janeiro de 2003, as quais estabelecem, no seu n.º 63, «promover a integração dos sistemas de classificação usados pelos fornecedores de informação com os sistemas de conceitos e nomenclaturas do SEN»;

Considerando que o projecto da classificação portuguesa das construções (CC-PT) estabelece o quadro das obras de construção, decorrente das actividades de construção e de engenharia civil, harmonizado com a Classificação das Construções do EUROSTAT, objecto de uma recomendação da Comissão para a sua adopção pelos Estados membros, potenciando assim a comparabilidade estatística nacional e comunitária;

Considerando que a CC-PT, como documento estruturado e integrado, vem preencher um vazio em termos de um quadro que descreva a natureza e a finalidade dos edifícios e das obras de engenharia civil, com relevância para fins estatísticos e não estatísticos (com especial incidência nos actos administrativos com aproveitamento estatístico);

A Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera, na sua reunião de 16 de Novembro de 2004, de acordo

com as competências previstas no anexo D, n.º 2, alínea e), da 140.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística:

1 — Aprovar a estrutura da Classificação Portuguesa das Construções (CC-PT), que se anexa a esta deliberação e dela faz parte integrante, sem prejuízo de o grupo de trabalho «CAE Rev. 2 e nomenclaturas relacionadas», considerando as questões específicas suscitadas na Secção, procurar, dentro de duas semanas, verificar se estas podem ser acomodadas à CC-PT sem contrariar os respectivos princípios e estrutura. O texto com as alterações deverá ser enviado ao secretariado, que o fará circular pelos vogais.

2 — Recomendar que a CC-PT seja também adoptada pelas entidades da Administração Pública, em actos ou procedimentos administrativos, sempre que estes sejam passíveis de aproveitamento para fins estatísticos, de forma a potenciar uma redução de custos e uma melhoria da qualidade da informação estatística.

3 — Recomendar ainda ao Instituto Nacional de Estatística que os conceitos com interesse específico incluídos na estrutura da classificação, e ainda não aprovados pelo Conselho Superior de Estatística, possam ser incorporados nas respectivas áreas estatísticas e submetidos à aprovação do Conselho Superior de Estatística.

*Nota.* — A estrutura e as notas explicativas correspondentes à CC-PT encontram-se disponíveis na biblioteca do Instituto Nacional de Estatística, em papel, e no respectivo *site* — [www.ine.pt](http://www.ine.pt) —, em suporte informático.

26 de Novembro de 2004. — *João Cadete de Matos*, presidente da Secção — *Margarida Madaleno*, secretária do Conselho.

### Serviços Sociais

**Despacho n.º 27 348/2004 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Bernardete Eugénia Veiga Pinto, Maria Júlia Tomás Baião Cabral de Faria e Leonilde Henriques Magro Boquinhas, técnicas superiores principais de serviço social, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros — nomeadas, precedendo concurso, e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, assessoras do mesmo quadro e carreira, considerando-se exoneradas do lugar anterior a partir da data da aceitação da presente nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

## MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

### Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico

**Despacho n.º 27 349/2004 (2.ª série).** — Considerando que o artigo 9.º do anexo 1 do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de Dezembro, e designadamente os seus n.ºs 1 e 2, prevê que a EGREP, E. P. E., receba das entidades obrigadas à constituição de reservas e definidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro, prestações que permitam o ressarcimento dos custos incorridos com a manutenção das reservas a cargo da EGREP, E. P. E.;

Considerando que o n.º 3 do mesmo artigo 9.º, acima referido, estabelece que aquelas prestações serão fixadas anualmente por despacho do Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho;

Considerando que o conselho consultivo da EGREP, E. P. E., emitiu parecer unânime favorável à aprovação do plano estratégico, do orçamento de exploração e do plano de actividades que lhe foram regularmente submetidos pelo conselho de administração da EGREP, E. P. E.;